

PELO
DIREITO
GREVE

10

PELA
LIBERDADE
SINDICAL

de

maio

pílula
só
para
quem
quer!

Página 15

ABAIXO
A
CARESTIA

Página 4

trabalhar
à
noite?

Página 10



UM NOVO BM



Capa: manifestação de 1º de maio de 1968, em São Paulo
Lay out: André Boccato

A partir desta edição, Brasil Mulher tem cara nova. Mas não muda seu conteúdo: continua preocupado com a luta pela libertação da mulher, especialmente a mulher trabalhadora, a operária, a empregada doméstica e mesmo a dona de casa da periferia, que faz o impossível com o salário do marido. É com esta personagem que esta edição abre: na página ao lado, nove donas de casa da periferia de São Paulo falam de seus problemas e de como têm agido para superá-los.

Como as donas de casa reunidas numa associação, as trabalhadoras também estão lutando para resolver seus problemas. E o principal deles, hoje, é a possibilidade de liberação do trabalho noturno para a mulher, como pretende o projeto de lei a ser enviado pelo governo ao Congresso, visando à reforma da CLT. Neste número, BM faz uma análise do projeto de lei e divulga as idéias de operárias de diversos setores, já organizadas contra iniciativa governamental.

Há também duas páginas de balanço das comemorações do Dia Internacional da Mulher. O que restou do 8 de março? O que estava errado e o que estava certo? O que poderá ser feito a partir dos resultados daquelas manifestações? Um desses resultados, o documento-síntese das reivindicações da mulher paulista, hoje, BM está publicando em encarte especial, que será vendido separadamente desta edição (julgamos mais importante publicar o documento e vendê-lo à parte, do que deixar de publicá-lo por falta de dinheiro).

As duas páginas destinadas ao 8 de março incluem, também, o noticiário das comemorações feitas em Paris, na França, em outros municípios do Estado de São Paulo e ainda em outros Estados. Além disso, publicamos a íntegra do «jornal da Zona Leste», idealizado e lido no 8 de março exatamente pelas mulheres que entrevistamos na página 3.

Outros acontecimentos importantes dos últimos meses também recebem cobertura neste número: o Movimento do Custo de Vida, por exemplo. Que rumos vem tomando e que perspectivas tem? O que esperam dele seus organizadores e os setores participantes? E por que alguns grupos não participam?

As páginas nobres do jornal estão ocupadas pelo 1º de Maio, dia internacional do trabalho e do trabalhador. Publicamos a convocatória assinada pelas oposições sindicais e várias entrevistas sobre a participação da mulher nas lutas gerais dos trabalhadores e especialmente neste 1º de maio.

Há, ainda, reportagens sobre a mulher em Belém do Pará e em Cuba. E, na página 15, o Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco, que o governo está implantando, é criticado pelas mulheres que serão atingidas por ele.

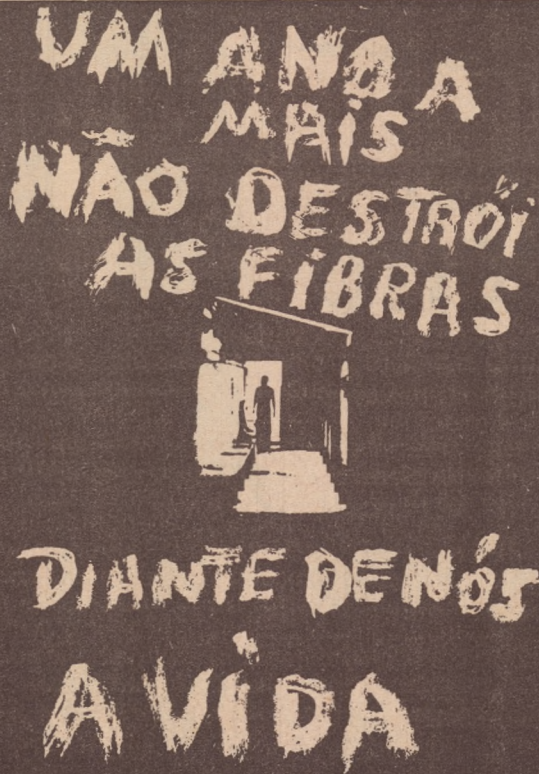
Brasil Mulher tem cara nova. E procura estar, com a cara e a coragem, em todos os lugares onde alguém lute por uma sociedade mais justa.

UM «NANICO» INCOMODA MUITA GENTE.

DOIS «NANICOS» INCOMODAM MUITO MAIS MIL «NANICOS»...

LEIA

Escrita	Movimento	Varadouro
Em tempo	Poesias Populares	O Beijo
Amanhã	De Fato	Pasquim
Nós Mulheres	Repórter	Cobra de Vidro
Versus	O São Paulo	Coojornal
Paca-tatu. Cutia não	Mutirão	O Vagão
Invasão	Gota	Flagrante



Poesia das presas políticas do Presídio Talavera Bruce, no Rio de Janeiro.

Assine **Brasil Mulher**, o «nanico» da mulher trabalhadora. Com seu apoio, este jornal vai ficar melhor ainda. A imprensa independente depende de você: colabore!

Nome: Profissão:
Endereço:
CEP: Cidade: Estado:
Observações:

Basta enviar um cheque nominal ou vale postal endereçado à Sociedade Brasil Mulher: rua Arthur Prado, 637, Paraíso, São Paulo (SP)
Assinatura anual: Cr\$ 100,00; semestral: Cr\$ 50,00
Apoio: Cr\$ 200,00
Exterior: assinatura semestral US\$ 8.00
anual US\$ 15.00

brasil mulher

CONSELHO EDITORIAL: Amelinha de Almeida Teles, Ana Castelo Branco, Ângela Borba, Beatriz de V. Bargieri, Diva Burnier Romão, Luiza Miriam Martins, Mirtes Leal, Rosalina Santa Cruz Leite.

REDAÇÃO: Leda Beck (coordenadora), Albertina de Carvalho, Ana Maria Silva, Aparecida M. de Oliveira, Barbara Arruda, Elza Machado, Iara G. Areias Prado, Ieda M. Areias, Katia Antunes de Andrade, Lauro Bandeira, Maria Alice, Maria Elisa Leonel, Marisa Sobral, Marlene Crespo, Paulino Feijó Lopes, Suzana Marques Dias Beck, Tiba Nunes, Vera Lúcia Soares, Wagner Carelli. Paris: Beth Lobo, Lena Lavinas e Maria Helena Tachinardi (texto); Otilia, Sueli Tomazini e Sula (fotos).

ARTE: André Boccato (editor); Glorinha, Paulo Barbosa e Rosa Gauditano (fotos); Chico Borges e Dina Beck (ilustração).

COLABORADORES: Ana Elena, Bárbara Ferreira Arena, Carlos Manuel Carlino, Ciça, Conceição Cahú, Consolación Fernandes, Elizabeth Sardeli Magini, Madá Barros, Maria Luiza Fernandes, Maria Prudente de Moraes, Maria Quinteiro, Maria Tereza Ghiringhelo, Maristela Debenst, Marli de Araujo, Mônica S. de Barros, Mouzart Benedito, Nanã Gama e Silva, Valquiria Queiróz.

Esta publicação é de propriedade da SOCIEDADE BRASIL MULHER, com sede em São Paulo (rua Arthur Prado, 637, Paraíso) e no Rio (av. Rui Barbosa, 762). É permitida a reprodução parcial ou total de matérias, desde que a fonte seja citada.

DIRETORA RESPONSÁVEL: Leda Maria Marques Dias Beck-Tunas
DEPARTAMENTO JURÍDICO: Márcia Ramos de Souza, Luiz Eduardo Greenhalg.
VENDAS: São Paulo - Livraria Diadorim (praça Dom José Gaspar, 106, loja 19); Editora Avanço (rua Aurora, 704); Livraria Zapata (rua Cesário Motta Júnior); Rio de Janeiro - Livraria Entrelivros, Centro da Mulher Brasileira (av. Franklin Roosevelt, 39, sala 713); Livraria Folhetim, Muro Livraria e Editora Ltda. (rua Visconde de Pirajá, 82, sala 102); Recife: Livraria Dom Quixote (av. Conde de Boa Vista, 250, loja 4).
Composição: Editora Afa Ltda., av. Liberdade, 704.
Tiragem: 10.000 exemplares.
Abril/Maio de 1978.



Nesta igrejinha, nove mulheres da Associação das Donas de Casa de Burgo Paulista se reúnem e falam de suas lutas, vitórias e derrotas. Falam da falta d'água, da creche que conseguiram, da sexualidade feminina e das relações conjugais.

Leda Beck

Burgo Paulista é um bairro da periferia de São Paulo. Fica a mais de uma hora de distância do centro da Penha, por ruas estreitas e mal asfaltadas, estragadas por um trânsito intenso. Lá não tem água encanada, esgoto ou telefone. E o centro do bairro é uma capelinha, «a igreja do padre Xavier».

Na capela, os bancos afastados formando uma roda, nove mulheres estão reunidas. O altar é simples: uma mesa com toalha branca, o crucifixo ao fundo, na parede. Há mulheres jovens como Maria José, e outras que já são avós, como Maria Teófila. Cida, cabelos curtos e olhos muito vivos, exerce uma liderança natural sobre o grupo. Elas são dirigentes da equipe da Associação das Donas de Casa do Burgo Paulista.

E prá que serve esse grupo? Será que elas só discutem a melhor maneira de lavar a louça ou de trocar a fralda do bebê?

Não. Enquanto seus maridos, a maioria operários, vão trabalhar, são elas que ficam às voltas com os problemas do bairro: falta d'água, falta de lugar prá crianças brincarem, falta de creche... Então se reúnem, discutem e resolvem muitos desses problemas. Como o aterro da Lagoa Seca, na Vila São Francisco, por exemplo (que não tinha nada de seca: era bem molhada e morria muito menino afogado lá). Elas se juntaram, fizeram abaixo-assinados, foram à Prefeitura, insistiram.

Quando aterraram a lagoa, o pessoal do bairro rezou missa de ação de graças, festejou. Mas não adiantou muito. Logo descobriram que tinham aterrado com lixo. Resultado: foram contaminados todos os poços de água potável do bairro, que não tinha água encanada. Teve uma vez que encontraram mais de 50 cachorros mortos

ali. E começou a dar tifo, icterícia no pessoal. Depois puseram água encanada na parte baixa da Vila São Francisco, mas na parte alta ainda não foi feita a ligação: «Até já puseram os canos, mas água mesmo, que é bom, só promessas».

Com base em que as mulheres resolveram pedir o aterro da lagoa? Ai entra outra atividade muito importante da Associação: a pesquisa. A reivindicação do aterro foi resultado de uma pesquisa sobre a saúde no bairro, e houve outra sobre a carência de creches. «No Burgo era muito difícil para as mulheres trabalharem», explica Cida. «E, apesar disso, tem aumentado o número de mulheres da Associação que trabalham fora, como domésticas ou nas fábricas. A gente discutiu isso aqui. Descobrimos que o custo de vida aumentou, as coisas ficam caras, o salário do marido não dá. Então, a mulher tem que trabalhar e não tem com quem deixar as crianças. Por isso começamos a lutar pela creche».

E a luta deu certo: conseguiram um convênio com a Prefeitura, que sustenta 70% das despesas da creche, instalada no salão paroquial da igreja. Tem umas 60 crianças e cada mãe paga Cr\$ 100,00 por mês. «Mas tem quem não pague nada», explica Maria José, que mora no bairro e trabalha na creche. Há mais sete mulheres do bairro nessa creche, e no começo elas eram voluntárias. Agora, por decisão da própria Associação, recebem salário mínimo, pois a creche é totalmente dirigida e administrada pelo pessoal do bairro. E essa primeira experiência serviu para fazer mais duas creches, uma no Jardim Três Marias e outra em São Nicolau, cada uma com 30 crianças, também em convênio

com a Prefeitura.

15 anos de luta

A Associação das Donas de Casa do Burgo Paulista é parte de uma associação maior, que reúne mulheres de todos os bairros da Zona Leste de São Paulo. Essa associação existe desde 1963 e foi formada, inicialmente, por mulheres que trabalhavam na Ação Católica Operária (ACO). Com os homens, elas discutiam problemas relacionados à produção, às condições de trabalho e aos salários. Mas começaram a sentir necessidade de se reunirem separadamente - só as mulheres - para discutir os problemas delas.

«Sabe? Alguns problemas interessam mais às mulheres, são problemas que elas têm que enfrentar mais de perto do que o homem, que fica o dia inteiro fora de casa, trabalhando». Hoje, a associação já tem núcleos funcionando em vários bairros e tem um lema: «Amizade, Formação, Ação».

A Ação inclui as lutas por melhorias no bairro, pesquisas, e também trabalhos como o que elas fizeram para participar das comemorações do 8 de março, e que ficou conhecido como «Jogral da Zona Leste» (veja páginas 12 e 13). E tem mais coisas que o grupo faz junto. Discute, como disse a Cida, a educação das crianças: se deve ser a chamada «educação libertadora», se as mães devem ou não usar a repressão. Outro problema que debatem muito nos grupos é o relacionamento com o marido. «No começo foi difícil, o pessoal tinha vergonha de falar», explicaram. Conversando, elas descobriram que a maioria das mulheres não sente prazer numa relação sexual. Descobriram, também, que a

falta do prazer é decorrência da «educação de ser inferior ao homem»: «Porque casou, tem obrigação de dar», disse uma. E arrematou: «Mas não pode ser assim. Tem que ter prazer».

Todas elas sabem que a indiferença sexual pode ser razão para desquites e separações. «Tinha uma moça que estava nessa situação. E ela conversava com a gente e dizia: prá quê que eu quero esse homem? Só prá me sustentar, né? Ai nós conversamos com ela, e ela conversou com o marido. Tem muita gente que melhora, sai da associação e discute com os maridos, em casa».

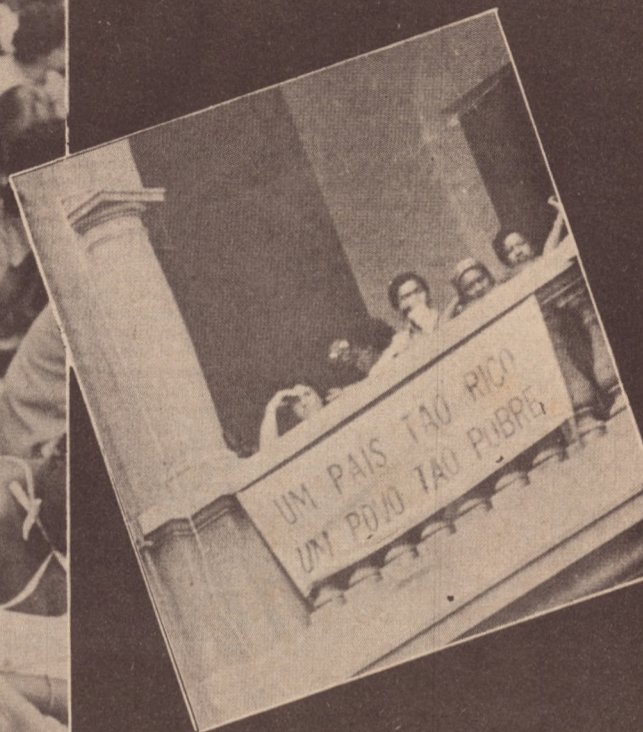
É o caso de Maria José, que antigamente chorava muito cada vez que o marido ameaçava de separação. «Eu achava que mulher sem marido não prestava. Hoje, eu cheguei à conclusão de que ou a gente presta ou a gente não presta. Pode bater porta, bater guarda-roupa, mas a minha opinião é essa. Acho que hoje eu teria coragem de viver sozinha. Ia ser difícil, mas agora eu vivo com meu marido porque quero, não porque ele traz dinheiro ou me dá nome».

E o que é que os maridos pensam? Uns acham que está certo elas se reunirem e discutirem os problemas do bairro. Eles dizem que não podem fazer nada, são operários e «são mais observados». Outros não ligam que a mulher participe, «mas não dão valor». E tem alguns que acham que é coisa de quem não tem o que fazer: «O meu marido fala que é tudo putaria», reclama uma das associadas. É arremata: «Eles não gostam disso porque sentem que cada vez mais perdem as rédeas... Mulher participante quer ser dona de seu nariz, tem opinião e eles não estão acostumados com isso».

CUSTO DE VIDA: UM MOVIMENTO SÓ CONTRA A CARESTIA ?



No ato público de 12 de março, ela prestava uma atenção danada. Recolheu todos os jornais e panfletos que distribuíram, ouviu concentrada tudo o que disseram. E quando paravam de falar, lia, lia, lia.



NO DIA 12 DE MARÇO, CERCA DE SEIS MIL PESSOAS, ENTRE MORADORES DA PERIFERIA, OPERÁRIOS, ESTUDANTES, AUTORIDADES RELIGIOSAS E INTELLECTUAIS, PARTICIPARAM DO LANÇAMENTO DO ABAIXO-ASSINADO CONTRA A CARESTIA, NO COLÉGIO ARQUIDIOCESANO, EM SÃO PAULO. FOI UMA DAS PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES DO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA (MCV), CUJAS REIVINDICAÇÕES ATUAIS SÃO CONGELAMENTO DOS PREÇOS, AUMENTO SALARIAL E ABONO IMEDIATO.

MAS O MOVIMENTO DEVE SE LIMITAR A ESTAS LUTAS? OU DEVE TAMBÉM DIRIGIR SEU TRABALHO CONTRA O GOVERNO E FAZER EXIGÊNCIAS POLÍTICAS MAIS AMPLAS? QUAIS? ESTAS QUESTÕES E MUITAS OUTRAS ESTÃO SENDO INTENSAMENTE DISCUTIDAS HOJE DENTRO DO MOVIMENTO E FORA DELE, POR AQUELES QUE ACREDITAM NA SUA IMPORTÂNCIA E NA SUA CONTINUIDADE. SEM DÚVIDA, A LIVRE DISCUSSÃO DESTES PONTOS ENRIQUECE O MOVIMENTO E O AJUDA AVANÇAR. FOI ACREDITANDO NISSO QUE O BM ENTREVISTOU VÁRIAS PESSOAS ENVOLVIDAS NO DEBATE, PARA TRANSMITIR AOS SEUS LEITORES OS DIVERSOS PONTOS DE VISTA.

AS CAUSAS

Grupo de Mães, Periferia de São Paulo:

O custo de vida está assim porque eles querem desse jeitinho mesmo. Os salários são baixos porque eles querem favorecer as grandes indústrias que nem são nossas. O país está organizado para os grandes proprietários, os banqueiros, os industriais. Às vezes um governador é banqueiro, industrial e dono de grandes propriedades de terra, e depois vem dizer: "As coisas são caras porque o povo não quer plantar". Plantar como, se estão sendo expulsos da terra?

Dom Mauro Morelli:

O custo de vida é fruto do consumismo de nossa sociedade, do lucro como ideal de vida, do caráter puramente econômico do desenvolvimento brasileiro e da corrupção vergonhosa que controla o próprio mercado.

Aurélio Peres, da coordenação:

A inflação e o custo de vida são o preço do desenvolvimento dos países dependentes do capital estrangeiro, do modo de produção das multinacionais e da falta de poder local de decisão. Quando o povo pressionar e estiver realmente participando, poderá haver maior distribuição de riquezas neste país. Uma questão fundamental é que se mexa imediatamente na estrutura agrária do país — distribuição da terra ao homem do campo, mudança nos métodos de plantio, variação dos produtos que se cultiva. Aí então, vai haver um maior aproveitamento da mão de obra no campo, e não vai haver tanto êxodo rural.

DCE da USP:

Devemos tornar claro que os verdadeiros culpados pelo custo de vida são a minoria que lucra, e que elabora a política econômica do

governo. Devemos também tornar claro que a solução do problema só surgirá da organização e da luta dos que são duramente atingidos por essa política — os trabalhadores e o povo, hoje impedidos de qualquer participação ou decisão. Entendemos que a linha do movimento, na medida em que luta por melhores condições de vida e trabalho deve ser de oposição a este regime e que temos o direito e o dever de levá-la adiante.

Ubiracy, da Philco Ford:

Acredito que para solucionar o problema do custo de vida é preciso que os trabalhadores estejam unidos e organizados nas fábricas, nos sindicatos, nos bairros... É preciso que os trabalhadores e o povo estejam conscientes de que as leis existentes não somos nós que as criamos e só vamos transformá-las no momento em que todos os explorados estejam dispostos a entrar na luta.

Um grupo de mães da periferia de São Paulo:

Quanto mais passa o tempo, mais urgente é o movimento. É hora de canalizar as forças de todo mundo, todo tipo de gente não só de operário. O movimento é o começo de uma reação popular e isso pode dar mais confiança ao povo. São outros setores, como os médicos e os professores, que também pedem melhores salários e melhores condições de vida.

Aurélio Peres, membro da coordenação do MCV:

Todo movimento capaz de juntar povo, chamar massa, é capaz de se transformar num movimento político. Na minha opinião, o movimento terá condições de abranger bandeiras mais políticas, mas não agora... Na fase atual, ele não pode abranger estas bandeiras porque na medida que o fizer ele se restringe a pequenas massas. Por exemplo: a bandeira da anistia, embora justa, não atinge nem mesmo a classe operária.

A classe operária está mesmo interessada em melhores condições de trabalho e aumento de salário.

Liberdades Democráticas é um chavão, como Abaixo a Ditadura. Liberdades Democráticas da pequena burguesia não diz nada para a classe operária. Liberdades Democráticas para o operário é ele ter liberdade

dentro da fábrica. Então não podemos misturar as coisas. Determinadas bandeiras devem ser levadas a cada momento de uma forma. Não somos contra as bandeiras políticas, mas elas devem ser levantadas na hora certa.

Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP:

É importante que o MCV trabalhe no sentido de esclarecer que o custo de vida não está desligado de outros problemas que vivem os setores oprimidos hoje, desde o problema salarial até a falta de liberdade para se organizar e lutar por seus direitos. Deve também estar preocupado em esclarecer quem são os verdadeiros culpados por essa situação.

O MCV não pode ser um movimento à parte senão ele perde bases importantes. E para que ele tenha condições de ampliar-se, deve estar ligado não só à luta de outros setores, como deve buscar outras formas de luta, não podendo limitar-se ao encaminhamento de abaixo-assinados.

Dom Mauro Morelli, bispo da região de Santo Amaro (SP):

O MCV revela o crescimento do povo, o seu grau de compreensão da realidade e a capacidade de participar na solução dos seus problemas. Quando se afirma que o povo não

sabe votar, poderíamos, como brasileiros, descobrir na periferia que o povo sabe muito mais do que isso.

Salvador, da Frente Nacional do Trabalho:

Os trabalhadores estão desorganizados e a maioria desunida, por isso o MCV é importante, neste momento. Duvido que onde se reúnem quatro trabalhadores, para discutir o texto do Custo de Vida, não se questione o problema da terra, a política salarial e a estrutura sindical. Acho importante, no entanto, o movimento não se colocar contra o governo numa linha política elevada. O movimento está preocupado em respeitar as etapas e condições dos trabalhadores na participação... Tem que começar das coisas que o povo tem condições de entender e assumir junto. Essa é uma disposição de fazer *junto com* o povo e para fazer *com* o povo, é preciso ouvir o trabalhador.

Ubiracy Dantas de Oliveira, operário da Philco-Ford, candidato da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo, pela chapa 3:

É necessário que o MCV se defina como um movimento de oposição à política econômica do governo, que tanto vem prejudicando os trabalhadores. Ora, se somos contra o arrocho salarial, se somos contra a carestia, temos que ser contra quem elabora essas leis. Temos que ser, portanto, contra o governo.

Perspectiva



Wagner Avancini

Ato público



Mãe do setor Cupecê do MCV:

Foi difícil organizar este dia, mas valeu a pena. As autoridades fizeram uma festa na mesma hora, no Ibirapuera, deram ônibus de graça e isso atrapalhou um pouco a ida de populares ao Ato. Outro problema foi a mudança de local, uma semana antes. Nós até paramos de convidar mais gente, porque achamos que não ia caber no Colégio Arquidiocesano. Desta vez tinha muito mais estudantes que na Assembléia de 76, porque a USP e a PUC estão participando. Acho boa a participação dos estudantes, desde que eles respeitem a opinião do movimento. Gostei muito do depoimento deles. Alguns deles levaram a faixa das Liberdades Democráticas.

Pensando bem, é isso que o povo precisa. Eu fiquei com medo de os estudantes saírem em passeata, quando eles levantaram a faixa. Não por eles, mas pelo povo que estava ali.

Eu sou a favor das liberdades democráticas, e acho que o povo também sabe o que são liberdades democráticas. Só que ele tem medo de dizer. O que o povo sente e não tem medo de gritar é "Abaixo a ca-

restia", porque é a fome que ele passa.

Aurélio Peres, da coordenação:

Acho que no dia 12 houve falhas nossas, falhas da mesa que conduziu os trabalhos e falhas do pessoal que cuidou da parte de segurança. Por exemplo, ao invés dos oradores lerem documentos, eles poderiam ter falado livremente. Com relação à faixa apresentada por alguns estudantes, a mesa poderia ter feito uma consulta pública para saber se a faixa deveria permanecer ou não. A mesa foi contra a faixa na medida que essa bandeira não fazia parte das reivindicações do MCV, mas foi autoritária ao exigir a retirada da faixa sem consultar o público.

DCE da USP:

Embora com a justa preocupação de garantir a realização do Ato e seu desdobramento positivo, a coordenação teve atitudes que devem ser criticadas. No incidente da faixa "Por Liberdades Democráticas", por exemplo. Se criticamos, na Universidade, os estudantes que contrariaram a decisão majoritária da UEE-USP — que era a de não se levar outras faixas que não as do

MCV —, criticamos também a mesa que deveria, no mínimo, ter consultado o plenário. Nós estudantes, assumimos a luta por liberdades democráticas e julgamos que o próprio povo, na medida em que luta em defesa dos seus direitos está exigindo liberdade para fazê-lo. Outra questão foi a limitação dos depoimentos aos setores que faziam parte da coordenação do movimento. Isso limitou a participação dos presentes, coisa que não aconteceu em 76, quando foram feitos depoimentos diretos. Notamos também a ausência das oposições sindicais.

Ubiracy, da Philco-Ford:

O Ato Público do dia 12 deixou claro, para todos que o assistiram, sua limitação política e a forma burocrática de condução dos trabalhos, a ponto de impedir a participação mais efetiva de setores representativos que não faziam parte da coordenação e que ficaram limitados a ouvir. Mas vale a pena afirmar a importância do MCV, deixando claro que é fundamental a sua politização, pois não tenho dúvida de que o problema do custo de vida não é apenas um problema econômico. É também um problema político.

FATOS

Metalúrgicos:

«Antes se falava em milagre brasileiro, hoje todo mundo fala em crise: mas para os trabalhadores a situação continua piorando.» Começa assim o panfleto de propaganda da Chapa 3, a chapa de oposição que concorre ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

A Chapa 3 acha que o Sindicato não tem organizado nas fábricas os operários na luta por melhores salários, melhores condições de trabalho e outras reivindicações que beneficiem a categoria; ao contrário: «Nas fábricas, nossos companheiros estão vendo que o nosso sindicato não cumpre esse papel e também que nós, trabalhadores, estamos proibidos de negociar diretamente com os patrões e de fazer greve».

E lembram que, mesmo sem o apoio da diretoria do sindicato, os operários estão lutando e alcançando vitórias em muitas fábricas através de pequenas paradas, greves tartarugas, abaixo-assinados. O objetivo da Chapa 3 é unir a categoria, levando o sindicato às fábricas: «Uma diretoria ligada verdadeiramente aos interesses da classe será

um passo a mais para conseguir um sindicato que apoie, unifique e oriente essas lutas».

No programa, entre várias outras reivindicações, os membros da Chapa 3 incluem a necessidade de abrir o sindicato para todos os metalúrgicos, sindicalizados ou não, nas decisões importantes para a categoria; criar subseções do sindicato perto das fábricas; e criar um Departamento Feminino. A Chapa 3, aliás, conta com duas mulheres entre seus membros: Marta Maria Rodrigues Costa, da Sandvick do Brasil S/A., e delegada ao Conselho da Federação; e Maria Liduína Silva, da Telemecanique S/A., é suplente também para o Conselho da Federação.

A Chapa 3 é a verdadeira oposição dos metalúrgicos de São Paulo. Organize na sua fábrica um grupo de apoio à oposição sindical Chapa 3, para discutir e levar adiante as reivindicações da categoria. Somente a classe operária unida pode mudar a situação.



Lembrando Vannucchi



Cinco anos depois da morte do estudante de geologia Alexandre Vannucchi Leme, assassinado nas dependências da OBAN (hoje DOI-CODI) em 23 de março de 1973, em São Paulo, seus pais desistem de apelar para a Justiça. Dona Egle e «seu» José Vannucchi decidiram utilizar a liberdade «relativa» de imprensa, depois que seu advogado, dr. Mário Simas, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, disse que «todas as portas estão fechadas». Os processos pela apuração da morte de Alexandre -- cujo assassinato tem cinco testemunhas -- foram todos arquivados. Entre as várias declarações que os pais de Alexandre têm dado à imprensa, denunciando a difamação a que foi submetido o estudante, acusado de «perigoso terrorista», contra todas as provas, há um longo depoimento concedido a Teodomiro Braga e Paulo Barbosa e publicado em uma pequena brochura pela Edição S/A. Lá, dona Egle e «seu» José falam de Alexandre, de suas idéias, de suas atividades, de sua prisão ilegal e de sua morte.

Físicos protestam...

No dia 12 de abril a Sociedade Brasileira de Física divulgou nota contra as aposentadorias compulsórias através do AI-5, que impedem eminentes cientistas de exercer plenamente a sua profissão no Brasil. Denunciou também as «cassações brancas» de um grande número de pesquisadores ativos: pedidos de bolsa de estudos, participação em congressos e conferências no exterior e permissão para afastamento do País são negados sumariamente, sem justificativas.

... e químicas se encontram

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas de São Paulo promove, nos dias 29 e 30 de abril, o Congresso da Mulher Trabalhadora do Setor. O tema do encontro será «O trabalho da mulher e a reforma da CLT». Entre os conferencistas estão Agnes Andraus, do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos, e o deputado estadual Alimir Pazzianoto.

O presidente do Sindicato, Waldomiro Macedo, acha que estarão presentes ao congresso cerca de 500 trabalhadoras do setor. O encontro é na sede do Sindicato, à rua Tamandarê, 348. No sábado, dia 29, o horário é das 9 às 19 horas; no domingo, dia 30, é das 12 horas.

Itamaracá

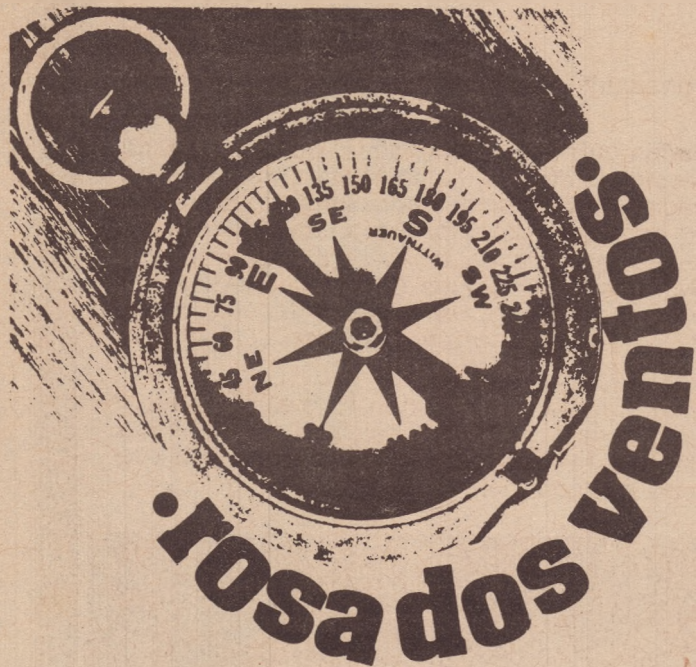
Em dois anos, esta é a quarta greve de fome dos presos políticos da ilha de Itamaracá, em Pernambuco: eles querem a quebra do isolamento a que estão sujeitos os companheiros Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti. Em dezembro de 1977, depois de 54 dias de greve, os presos suspenderam a sua terceira greve com o parecer favorável do juiz auditor e as promessas de várias autoridades de que haveria a suspensão do isolamento.

Foi, então, marcado um prazo para que os dois presos fossem reincorporados ao convívio dos outros. Mas no dia 17 de abril os 15 presos políticos tiveram que retomar a greve de fome, como recurso extremo de luta, já que nenhuma de suas reivindicações foi atendida.

A luta dos companheiros de Itamaracá assume uma importância especial no momento em que setores expressivos da sociedade estão reivindicando anistia. O fato de os presos políticos de Itamaracá recorrerem a uma forma de luta que implica o risco de suas próprias vidas, para obter direitos humanos elementares, mostra que, apesar do avanço da luta pela anistia, ainda persistem situações extremas de repressão.

Os 17 presos políticos do Rio de Janeiro, recolhidos à penitenciária Frei Caneca e ao Instituto Penal Talavera Bruce, onde estão três mulheres, aderiram à greve de fome em solidariedade aos companheiros de Itamaracá. Eles contam com o apoio de seus familiares e parentes, que escreveram uma carta-apelo às autoridades, anunciando que a partir do dia 4 de maio estarão em vigília diante da Secretaria de Justiça de Pernambuco, em Recife, para exigir solução do problema.

O Movimento pela Anistia, de São Paulo, por sua vez, enviou carta ao presidente do Supremo Tribunal Militar, solidarizando-se com as reivindicações e lembrando que os prisioneiros também protestam contra «as péssimas condições carcerárias a que todos estão submetidos, tais como a alimentação indigente que lhes é fornecida, as dificuldades impostas ao recebimento de visitas, o constrangimento criado por ocasião das revistas e a precariedade do atendimento médico-dentário».



As moças vêm do interior para a capital. Trabalham como balconistas, domésticas e, de repente, caem na chamada «vida». Há cem mil prostitutas em 25 mil bordéis, e aí está a profissão mais rendosa que as mulheres podem adotar. Se preferirem uma vida melhor e mais digna, devem ser bonitas - o que, naturalmente, não depende delas. E, caso tenham o privilégio de estudar, o máximo que conseguirão é lecionar nas precárias escolinhas do país. As exceções estão reduzidas às elegantes e bem nascidas, que sempre conseguem casamento e emprego na gaiola de ouro do lar. Mulher é, literalmente, um animal de procriar-sempre que convenha, é claro. Empregada grávida é demitida apenas os patrões desconfiem. E o maior castigo vem depois: filho de pobre só serve para cair no crime, limpar sapato e manter altos os níveis de mortalidade infantil.

Esse apanhado de lugares comuns da miséria e seus preconceitos não se refere ao Brasil, embora isso fosse perfeitamente cabível. Trata-se de Cuba. Ou melhor, da situação da mulher cubana numa época perdida no tempo e nas histórias dos velhos, os dias em que Cuba era o «Bordel do Caribe».

Passaram-se duas décadas, mas aos três anos de seu triunfo, a Revolução já havia mudado tudo. Foi logo após a vitória, por exemplo, que os bordéis começaram a ser transformados em centros de educação, onde as prostitutas aprendiam a ler, a escrever e treinavam um ofício. Elas passavam por 40 dias de exames médicos, recebiam uniformes e eram tratadas como verdadeiras alunas no aprendizado de uma nova vida.

Ao pessoal encarregado de participar no processo de instrução das mulheres, deu-se apenas uma recomendação: a Revolução havia sido feita também para elas e todo revolucionário deveria, no mínimo, mimá-las e prezar por sua recuperação. Não eram delinquentes, mas vítimas do capitalismo. A população, em geral, foi igualmente advertida nesse sentido. Mas, para evitar qualquer constrangimento, o retorno das ex-prostitutas ao trabalho e à vida normal em sociedade se fazia cautelosamente. As que viviam em Havana, por exemplo, eram reintegradas em Santiago de Cuba. Ninguém aí precisava saber de seu passado. Trabalhavam em hotéis, fábricas, salões de beleza, enquanto seus filhos eram muito bem tratados nos círculos infantis. As oportunidades foram rigorosamente iguais. E hoje, há vários sociólogos pelo país recolhendo depoimentos de médicas, engenheiras ou físicas que, um dia, serviram apenas para acalmar a ansiedade sexual dos turistas norte-americanos.

Claro, a Revolução também conseguiu trabalho para as outras mulheres. Poucos anos depois do fim do capitalismo, a mão-de-obra feminina agregada à produção passava de 9 a 30 por cento do total de trabalhadores do país.

As mulheres conseguiram derrubar todos os obstáculos à sua integração ao trabalho, rompendo aos poucos com os preconceitos machistas ainda existentes na sociedade cubana.

Para chegar até aí, o caminho não foi fácil. Era preciso criar, inicialmente, uma motivação capaz de afastar do religioso pensamento feminino os fantasmas do medo — que persistiram durante os primeiros anos de transformações. Os

círculos infantis, por exemplo, espécies de maternais criados pela então recém-fundada Federação das Mulheres Cubanas, eram vistos geralmente como instrumentos do Estado para roubar os filhos de suas mães. A solução desses impasses custou muito trabalho, mas não deixou de ser rápida. E, para tanto, foi necessária apenas a força da mulher organizada.

A Federação começou por reunir cem mil camponesas, vindas dos mais obscuros recantos da ilha, numa academia de corte e costura em Havana. Bem, ensinava-se aí algo mais do que a

técnica de serzidos invisíveis: as mulheres aprenderam o significado da Revolução, a necessidade das mudanças sociais, o valor da integração de todos à produção, a observação da higiene e dos cuidados sanitários — muitas delas não conheciam uma privada — e os propósitos de transformar o homem e a mulher em seres humanos dignos e iguais. Durante três anos, essas cem mil mulheres estudaram e viveram juntas. No dia da formatura, Fidel Castro discursou a elas pedindo que, quando voltassem às suas aldeias, ensinassem todo o aprendido a pelo menos dez companheiras. Elas fizeram mais: organizaram escolas, centros, e levaram a notícia dos novos tempos aos lugares mais desamparados de Cuba.

Por fim, elas estavam agregadas a um trabalho gigantesco em todo o país. Em reuniões semanais, as militantes da Federação orientavam-se mutuamente na convivência com maridos e filhos, encaminhavam companheiras às fábricas e outros setores até então exclusivamente reservados à mão-de-obra masculina e pregavam incansavelmente a igualdade de direitos e deveres entre os sexos. De volta à casa, os maridos desacostumados a ouvir as esposas eram obrigados a, pelo menos, discutir. O próprio Fidel admite que as mulheres exerceram um papel preponderante na definição ideológica da maioria dos homens. A Revolução chegava às relações familiares levada pela mulher.

A consciência e o preparo — não apenas moral ou político — das mulheres cubanas organizadas ficaram demonstrados nas crises mais graves do regime cubano. Quando o País foi invadido — episódio da Baía dos Porcos —, por exemplo, elas ocuparam a produção: nas fábricas, nas centrais açucareiras, nas plantações, substituíam todos os trabalhadores que lutavam na frente. Reuniram os velhos para administrar creches improvisadas, organizaram brigadas sanitárias — que funcionariam até muito tempo depois da invasão — e chegaram a combater como milicianas.

Essas eram as mesmas mulheres que alguns anos antes não se reuniam em associações de bairro nem debatiam seus problemas por temor às ameaças dos maridos. Eles também tiveram que mudar, mas alguns pagaram a pena de sua intolerância com o divórcio. Os casos de separação aumentaram muito: as mulheres já não dependiam do homem para garantir suas vidas, e a de seus filhos. A todos estava assegurada a sobrevivência, e as pessoas podiam estar juntas simplesmente por amor. Em Cuba, os casamentos por conveniência são apenas mais uma das tantas recordações absurdas dos dias de tristeza. E as mulheres que conheceram as tragédias do passado falam como se tudo fosse remoto e desconhecido. A Revolução, no entanto, tem apenas 20 anos.

escola

1º de maio



No dia 1º de Maio de 1886, em Chicago, nos Estados Unidos, eclodiu uma grande greve dos trabalhadores. A manifestação foi severamente reprimida: muitos operários foram presos e outros foram mortos. Na própria prisão, enquanto Lingg se suicidava, Parsons e Teodoro foram enforcados, enquanto um marco na luta dos trabalhadores de todo o mundo, que hoje é comemorado no dia 1º de Maio.

convocatória

Em 1886 os operários de Chicago se manifestaram nas ruas, em luta pela jornada de 8 horas de trabalho. Essa luta, que custou a vida de oito operários, foi vitoriosa no mundo inteiro. Desde esta data os trabalhadores fizeram do 1º de Maio um dia de luta por suas reivindicações. Nos últimos anos, no Brasil, o 1º de Maio não tem tido esse caráter pelo fato dos trabalhadores não contarem com uma organização própria que represente os seus interesses.

A jornada de 8 horas se transformou em 10, 12, 14 horas de trabalho pesado. Os salários mínimos têm sofrido constante desvalorização. O arrocho salarial diminui o salário mínimo em cerca de 25% desde 1964. E o salário profissional em cerca de 60%. Se, antes de 64, trabalhando uma pessoa em cada família, ela podia sobreviver, hoje é necessário que pelo menos duas pessoas trabalhem. Nas fábricas, os patrões só se preocupam com a produtividade e assim vemos dia a dia piorarem as condições de trabalho.

Os sindicatos atuais, por sua vez, encontram-se em sua maioria nas mãos dos representantes dos patrões e do governo, os pelegos, não temos direito a organização própria nem enfrentando todas as arbitrariedades, as leis e os abusos zarmos nossos próprios partidos e colocar as nossas lutas como puro caso de política de governo e dos patrões. E assim que a lei da greve tem como objetivo calar as reivindicações dos trabalhadores e colocar as nossas lutas como puro caso de política de governo e dos patrões. E assim que as lutas dos trabalhadores são reprimidas. Para romper essa situação é necessário que nos unamos. Vamos fazer deste 1º de Maio um ponto de partida para as nossas lutas.

Neste momento, nossas lutas são por aumento geral de 20% não compensável dar os bolsos dos patrões. E assim que a revolta do Rio de Janeiro e São Paulo, onde os órgãos da polícia política do Governo intervieram com violência, espandindo, prendendo e torturando.

Para romper essa situação é necessário que nos unamos. Vamos fazer deste 1º de Maio um ponto de partida para as nossas lutas. Neste momento, nossas lutas são por aumento geral de 20% não compensável dar os bolsos dos patrões. E assim que a revolta do Rio de Janeiro e São Paulo, onde os órgãos da polícia política do Governo intervieram com violência, espandindo, prendendo e torturando.

Para romper essa situação é necessário que nos unamos. Vamos fazer deste 1º de Maio um ponto de partida para as nossas lutas. Neste momento, nossas lutas são por aumento geral de 20% não compensável dar os bolsos dos patrões. E assim que a revolta do Rio de Janeiro e São Paulo, onde os órgãos da polícia política do Governo intervieram com violência, espandindo, prendendo e torturando.

Para romper essa situação é necessário que nos unamos. Vamos fazer deste 1º de Maio um ponto de partida para as nossas lutas. Neste momento, nossas lutas são por aumento geral de 20% não compensável dar os bolsos dos patrões. E assim que a revolta do Rio de Janeiro e São Paulo, onde os órgãos da polícia política do Governo intervieram com violência, espandindo, prendendo e torturando.

Para romper essa situação é necessário que nos unamos. Vamos fazer deste 1º de Maio um ponto de partida para as nossas lutas. Neste momento, nossas lutas são por aumento geral de 20% não compensável dar os bolsos dos patrões. E assim que a revolta do Rio de Janeiro e São Paulo, onde os órgãos da polícia política do Governo intervieram com violência, espandindo, prendendo e torturando.

Para romper essa situação é necessário que nos unamos. Vamos fazer deste 1º de Maio um ponto de partida para as nossas lutas. Neste momento, nossas lutas são por aumento geral de 20% não compensável dar os bolsos dos patrões. E assim que a revolta do Rio de Janeiro e São Paulo, onde os órgãos da polícia política do Governo intervieram com violência, espandindo, prendendo e torturando.

POR UM 1º DE MAIO OPERÁRIO

No 1º de Maio — dia internacional de luta do trabalhador — os trabalhadores do mundo inteiro homenageiam os companheiros que tombaram, rememoram as suas conquistas e unificam as lutas que foram travadas por diversos setores da classe trabalhadora. No Brasil, nesses últimos anos, as oposições sindicais vêm ganhando e acumulando forças, tanto pela participação dos sindicatos como pelo trabalho de fábrica, conseguindo unificar as verdadeiras reivindicações dos trabalhadores. Apesar disso, em 1977 ainda não tinha sido possível a realização de um 1º de Maio unificado — e mesmo assim ocorreram manifestações em vários pontos da cidade, como no colégio Santa Maria, na Zona Sul, onde foram lidos depoimentos e feitas intervenções que contribuíram para o fortalecimento do movimento. Hoje, em 1978, as oposições sindicais avaliaram as lutas travadas na sociedade por bancários, professores, jornalistas, estudantes, etc., e discutiram com estes setores a necessidade de se organizar um 1º de Maio unitário, com a direção nas mãos da classe

operária. Foi, assim, elaborada uma Carta Convocatória, que o BM publica ao lado, para conclamar todos os trabalhadores a participarem de um 1º de Maio Operário, a ser realizado em Osasco. Além desse ato unitário, outras manifestações por setores serão realizadas nos bairros e sindicatos.

O BRASIL. MULHER ENTREVISTOU VÁRIOS TRABALHADORES QUE PARTICIPAM DAS OPOSIÇÕES SINDICAIS E QUE FAZEM PARTE DA ORGANIZAÇÃO DO 1º DE MAIO UNITÁRIO, SOBRE AS SEGUINTES QUESTÕES: COMO ESPERA A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NESTE DIA? QUAIS AS REIVINDICAÇÕES QUE DEVEM SER COLOCADAS PARA AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DA MULHER OPERÁRIA NA LUTA DOS TRABALHADORES?

Oposição Metalúrgica de São Paulo: «A entrada das mulheres no movimento sindical está começando. Por exemplo: na última Assembléia do Sindicato já tinha umas 40 mulheres. A sua presença começa a ser significativa, apesar de existir ainda muita resistência. Neste 1º de Maio muitas vão participar. O que traz as mulheres são as reivindicações que lhes dizem respeito. Assim, tem uma possibilidade maior de se integrar não só na sua luta específica, como também na luta mais geral. Como a gente sabe, nada acontece do nada. Por exemplo, o Congresso das Metalúrgicas de São Bernardo foi fruto das suas reivindicações, da sua unidade e amadurecimento dentro das fábricas. Elas sentiram necessidade de se organizarem pelas próprias condições de trabalho. As chapinhas para ir ao banheiro são uma humilhação violenta. A mulher para se defender tem que lutar. Sua luta é de todos os trabalhadores porque o mesmo elemento que oprime a mulher, também oprime o homem. Mesmo que o trabalho dela na fábrica seja mais leve, ela tem que aguentar a cantada do chefe, ela é tudo, amante, escrava e informante. Em certas fábricas, por exemplo, eles prostituem a mulher. Se ela vai na cantada é promovida. Em nossa sociedade há uma série de preconceitos contra a mulher. Eles são tão fortes que mesmo o homem trabalhador, quando chega em casa, quer janta pronta, roupa limpa etc, e acaba também reprimindo a companheira dentro de casa. Faz o papel de patrão na opressão. Eu mesmo estou casado há 10

anos e em 1967-68 estávamos juntos nas nossas lutas. Ela deixou de participar porque não trabalha mais fora de casa, eu continuei, e aí a gente começou a brigar muito. A contradição estava feita, eu ia participando, crescendo, e lá em casa não cresceu».

Movimento Bancário pela transformação do Sindicato: «A participação da mulher bancária é muito grande; na oposição elas são quase a metade. Acreditamos que vai haver muitas bancárias nas comemorações do 1º de Maio, como aliás já vem acontecendo nas Assembléias, nas atividades do Sindicato. O Sindicato levou uma luta para a estabilidade da mulher casada porque a bancária era sempre demitida quando casava, agora isso acontece menos».

Oposição Metalúrgica de Osasco: «Tanto na campanha de reposição salarial como nas eleições do Sindicato deste ano, as mulheres metalúrgicas não tiveram muita participação. No entanto, as mulheres dos companheiros foram muito ativas, dando o seu apoio na divulgação da chapa de oposição. Em épocas passadas, 1967-68, tinha muita mulher do Sindicato, porque, em períodos de ascensão da luta geral, a mulher participa mais. O problema é que ela é educada desde criança para ser frágil e que Sindicato, luta e trabalho é coisa de homem, o que a leva a ter menos consciência. Os homens também não ajudam muito. A mulher deveria ir junto com o marido nas comemorações do 1º de Maio, como também

deve acompanhá-lo nas assembléias e nas manifestações. Apesar de, no Brasil, a mulher sofrer algumas discriminações que são históricas, os seus maiores problemas são os mesmos dos homens: salários baixos. Isto atinge também a mulher que não trabalha fora - a dona de casa - que, enquanto o marido dá o testemunho do salário baixo, ela dá o testemunho do problema que enfrenta no lar para sobreviver com esse salário. Ela vai ter que fazer o «milagre nacional». A mulher que trabalha nas indústrias é muito mais explorada que o homem, muitas vezes faz o mesmo trabalho e não recebe igual. Por exemplo na ARNO e na GE, na linha de produção, as bobinadoras são só mulheres, que trabalham três vezes mais rápido que os homens e ganham menos - Cr\$ 7,00 por hora, o que corresponde a menos da metade do salário dos homens - Cr\$ 20,00 em média. Mesmo com a diferença salarial entre homens e mulheres, a luta da mulher não pode ser isolada da luta do homem, ou melhor, a luta da mulher deve ser integrada na luta dos homens. As palavras de ordem que a chamariam para uma maior participação, na minha opinião são: salário igual para trabalho igual e creches nas fábricas».

Oposição Metalúrgica de Santo André: «A gente sempre teve dificuldade para fazer trabalho sindical com mulher e barreiras de ordem moral, repressão dentro das fábricas e preconceitos. Nós vemos, hoje, o enorme contingente de mulher e a sua importância na partici-

pação política. Ela é movida pela luta por melhores condições de vida, esta é uma tendência irreversível».

Oposição Sindical dos Transportes: «A luta da mulher é a mesma que a dos homens, é a mesma para se libertar, mas a mulher tem lutas próprias. Dentro da ampla exploração do trabalho elas estão na base, é a mais explorada, faz o mesmo trabalho e ganha menos. E tem outras explorações, a de objeto sexual. A classe dominante explora os trabalhadores e a mulher no seio da classe trabalhadora é também explorada como objeto sexual. É milenar esta exploração e numa sociedade patriarcal como a nossa existe toda uma série de preconceitos que põem na cabeça da gente que a mulher está aí para servir ao homem. Neste sentido, é responsabilidade da mulher se libertar, se organizando para isso. É fundamental que a mulher convoque a mulher, o que não impede que o homem também o faça».

Oposição dos Gráficos: «A vanguarda das lutas específicas das mulheres é das próprias mulheres. É importante falar também que, se a sua participação não é grande a nível de Sindicato, elas são muito ativas dentro das fábricas, elas fazem paragens quando é necessário. A mulher também participa nos bairros como, por exemplo, no Movimento de Custo de Vida. Assim como as mulheres devem trazer as mulheres para a luta, também devem discutir com os homens, dando-lhes consciência dos seus problemas específicos».



A noite da mulher é

SÓ A LOUCURA DO LUCRO FAZ ALGUÉM DIZER "BOA TARDE" ÀS 10 HORAS DA NOITE

«Não deveria ser permitido o trabalho noturno em geral, nem para as mulheres nem para os homens. A gente luta para ter os mesmos direitos que os homens, mas não é trabalhando à noite que essa igualdade vai ser conseguida, pelo contrário: isso só vai aumentar a exploração e a desigualdade.»

Esse depoimento de uma trabalhadora é bem revelador do pensamento das trabalhadoras em geral sobre o projeto de lei do governo que pretende modificar a parte da CLT que se refere ao trabalho noturno da mulher.

Nas raras oportunidades que têm de tornar públicas suas reivindicações, a classe trabalhadora e a mulher trabalhadora em particular jamais se mostraram favoráveis à liberação do trabalho noturno da mulher. Isso ficou claro durante a realização do I Congresso da Mulher Metalúrgica e por ocasião da comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Mas está claro também que, no que depende do governo, os trabalhadores só terão melhores condições de vida quando o aumento da produtividade satisfizer governo e patrões. E eles não se satisfazem facilmente, como provam os últimos 14 anos de sensível aumento de produtividade e nenhuma melhora nas condições de vida da classe trabalhadora -- ao contrário: a mortalidade infantil aumenta e a reposição salarial não vem.

Até hoje só os patrões foram atendidos. Aconteceu com a promulgação da Lei do FGTS, com a lei antigreve e agora com o projeto de lei para a liberação do trabalho noturno da mulher. A produtivi-

"A MALÍCIA DESSA LEI É ABAIXAR O SALÁRIO DOS TRABALHADORES, QUE JÁ É BAIXO"

dade vai aumentar, mas quem ganha com isso?

A atual lei que dispõe sobre o trabalho

noturno já merece algumas críticas, ao considerar o horário noturno aquele que vai das 22 às 5 horas. Ora, a noite não começa às 22 horas. Deve-se considerar trabalho noturno aquele executado entre às 18 e as 6 horas: é às 18 horas que começa a escurecer e o povo diz «boa noite». Só mesmo a loucura do lucro faria alguém dizer «boa tarde» às 22 horas.

Enquanto a lei atual *proíbe* o trabalho noturno *em princípio* e apresenta as exceções, o projeto de lei *permite em princípio* e apresenta as exceções. Portanto, em princípio, o trabalho noturno da mulher será liberado. E as exceções? O projeto de lei aponta, como exceção ao princípio, o trabalho noturno desenvolvido pela mulher «nas empresas ou atividades industriais». Assim, o trabalho noturno da mulher nas empresas ou atividades industriais não será permitido. Isso é

BASTARÁ COLOCAR A MULHER COMO "CHEFE" E ELA TRABALHARÁ À NOITE

ótimo. Certamente, o projeto de lei determina isso porque o trabalho desenvolvido na indústria é bastante penoso.

Mas o inciso I, do parágrafo único, do artigo 379 diz que a proibição não se aplica «à mulher que ocupe posto de direção ou de natureza técnica com acentuada responsabilidade». Nessas condições, a mulher poderá se ver obrigada a trabalhar no período noturno, bastando para isso colocá-la como «chefe» de equipe, seção, qualquer coisa, e invocar a natureza técnica de todo o trabalho executado na produção.

A mulher só estará a salvo dos serviços noturnos de limpeza da fábrica, pelo menos enquanto esses serviços não forem considerados «de natureza técnica com acentuada responsabilidade».

A lei atual permite o trabalho noturno da mulher, inclusive na indústria, quando ela ocupe posto de direção, cargo técnico, de gerência, assessoramento ou de confiança, e desde que este trabalho *não seja contínuo*. O projeto de lei simplesmente ignorou a exigência de que o trabalho não seja contínuo. Além disso, substituiu a expressão «cargo técnico» por «de natureza técnica», mais genérica e que permite diversas interpretações.

Outro ponto: a lei atual permite o trabalho noturno da mulher em indústria

ABAIXO-ASSINADOS, REUNIÕES, MANIFESTOS: AS MULHERES ESTÃO PROTESTANDO

de produtos perecíveis, desde que a empregada concorde e sua recusa não constitui justa causa para despedida. O projeto de lei despreza totalmente a necessidade da concordância da trabalhadora e sua recusa daria motivo para demissão por justa causa. Além disso, a lei atual exige, mesmo nas indústrias de produtos perecíveis, a autorização prévia da autoridade competente, ou seja, a Delegacia Regional do Trabalho.

Mas no projeto de lei essa autorização é presumida e estende-se «às empresas cuja linha de produção utilize matérias-primas ou matérias em elaboração suscetíveis de alteração rápida». Portanto, a mulher deverá trabalhar no período noturno se o patrão alegar que isso é necessário porque a matéria-prima ou em elaboração estão sujeitas a alteração rápida. Nesse caso, não se pode discutir se a mulher ocupa posto de direção, natureza técnica etc: todas estarão obrigadas.

O parágrafo 1º, do artigo 381, do projeto de lei tenta suavizar o impacto da permissão do trabalho noturno da mulher assim: «Com a autorização poderão ser exigidos meios especiais de proteção ao trabalho, inclusive de natureza ambiental, como os referentes à alimentação e ventilação, bem como o funcionamento de lanchonetes e refeitórios no período noturno».

Acontece que essas medidas não são obrigatórias. Nada se diz sobre a gratui-

EM TODO O MUNDO, A CLASSE OPERÁRIA É CONTRA O TRABALHO NOTURNO

dade, preços, qualidade e quantidade da alimentação a ser fornecida. Além do mais, se a fiscalização do trabalho já é agora bastante precária, mesmo quanto aos interesses de órgãos do governo -- como o INPS, por exemplo --, como será a fiscalização das condições de trabalho no que interessa à classe trabalhadora?



o lucro do patrão

A proibição do trabalho noturno para mulheres e crianças são reivindicações da classe operária em todo o mundo e, no Brasil, elas foram parcialmente incorporadas à CLT. Acontece que as leis mudam. Aconteceu em 1969, por solicitação dos empresários, quando deixaram de existir as restrições ao trabalho noturno da mulher na industrialização de produtos perecíveis e nos bancos; em 1971, também por solicitação dos empresários, quando foi autorizado o trabalho noturno feminino nos serviços de processamento de dados e nas indústrias de manufaturados de couro; e agora, porque os empresários alegam carência de mão-de-obra, com o projeto de lei do Executivo.

HÁ INDÚSTRIAS EM QUE A MULHER NÃO PODERÁ SE RECUSAR OU SERÁ DEDITADA

Em abril de 1977, o jornal *Tribuna Metalúrgica*, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, já promovia um debate sobre a liberação do trabalho noturno da mulher e concluía assim: essa medida favorece apenas os patrões, que tirarão mais proveito dessa mão-de-obra já tão barata.

No I Congresso da Mulher Metalúrgica, este ano, a posição das trabalhadoras também foi unânime e contrária ao projeto de lei. E em março, em Santo André, trabalhadoras de diversas categorias do ABC e de São Paulo reuniram-se para discutir o assunto. *Brasil Mulher* entrevistou metalúrgicas, gráficas, químicas, têxteis, domésticas, borracheiras e donas de casa envolvidas no debate sobre a questão do trabalho noturno, que medidas estão tomando e que dificuldades encontram no seu encaminhamento.

Em Santo André, uma delas pensa em levar a discussão a certos grupos, como o das donas de casa e o do Movimento do Custo de Vida, e reivindica que o sindicato elabore um boletim explicativo sobre o projeto de lei, promova um curso para discussão do assunto e faça um abaixo-assinado. «Eu tenho tido dificuldades em

“ESSA LEI VISA APENAS O LUCRO DA EMPRESA E DOS PATRÕES”

EM ALGUNS CASOS, NEM O CARGO VAI INTERESSAR: TODAS FARÃO HORÁRIO NOTURNO

trazer operárias da minha fábrica, mas as donas de casa que nos apoiam convocam as operárias nos bairros», explicou.

Em São Bernardo já está correndo um abaixo-assinado contra o trabalho noturno nas fábricas, com boa aceitação. «A direção dessa luta está ainda com os homens», disse uma das operárias de lá. «Nós achamos que deveríamos comandar, mas está faltando um organismo no Sindicato, como o Departamento Feminino. Nós também temos problemas de local e dificuldades de divulgação para ampliar a luta.»

Também se pensa em abaixo-assinado em São Paulo, além de reuniões de mulheres através das oposições sindicais, que propõem a criação de Departamentos Femininos nos Sindicatos, para facilitar a participação das mulheres. «Essa lei visa apenas o lucro da empresa e dos patrões», diz outra operária. «O trabalho noturno era proibido, era um direito que a gente tinha e agora eles querem tirar. A malícia dessa lei é abaixar o salários dos trabalhadores, que já está baixo, mas eles querem abaixar mais.

A PRODUTIVIDADE VAI CRESCER, COMO QUER O PATRÃO E O GOVERNO: QUEM VAI GANHAR?

Como? Pegando nós, a parte mais fraca dos trabalhadores, que vão trabalhar mais e ganhar menos, que vão dar mais produtividade. Essa lei só vai prejudicar nós, nossos maridos, nossos filhos, e ainda vai acabar com a nossa saúde.»

A classe trabalhadora e a mulher trabalhadora em particular repudiam mais este ataque às suas condições de trabalho e de vida. O trabalho noturno já é prejudicial à saúde e à vida social, política e cultural do homem e não deve ser estendido à mulher.

FATOS

Um "nanico" incomoda muita gente

Fazer imprensa alternativa continua sendo uma atividade difícil. No mês passado, mais três «nanicos» sofreram pressões, ameaças, invasões. *Movimento*, o mais velho dos três, que já convive há muito tempo com essas dificuldades, teve sua sucursal do Rio invadida por supostos desconhecidos no dia 14 de abril. Dois homens -- cuja descrição corresponde à dos dois policiais que recentemente seguiram o editor Márcio Bueno e cercaram sua casa -- reviraram móveis, espalharam papéis pelas duas salas da redação, arrombaram arquivos.

O editor-chefe de *Movimento* denunciou, em nota à imprensa, «um plano de perseguição policial e parapolicial ao jornal, conduzido ou pelas autoridades ligadas ao Ministério da Justiça ou por sua omissão e em decorrência de sua política geral».

Mas isso não é tudo: o mais novo «nanico», *Repórter*, do Rio, teve a gráfica onde é impresso cercada por viaturas da polícia, «sofrendo uma pressão aterrorizante, sem que seus editores sejam informados de onde partem as ordens e sem que os responsáveis pelo cerco apresentem qualquer documento que formalize a tentativa de censura», como afirma a nota de protesto emitida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

Pretendia-se impedir a circulação do nº 5 do jornal, que deveria passar pela censura prévia. Mas ninguém assumia a responsabilidade pela censura. Finalmente, no dia 14 de abril, o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, general Moacir Coelho, comunicou à Associação Brasileira de Imprensa que o bloqueio fora suspenso e que a circulação do jornal estava liberada. *Repórter*, que já está tirando 60 mil exemplares, iria às bancas. Com esta manchete: «A censura é uma loucura».

E é uma loucura mesmo. Mal foi impresso, toda a edição foi apreendida pela Polícia Federal, inclusive 30 mil exemplares que já estavam nas bancas do Rio.

Mas a censura também recorre a outros métodos, ainda mais inusitados, como fez com o jornal *Mutirão*, editado em Fortaleza, no Ceará. Primeiro, os editores receberam uma carta do Departamento de Polícia Federal solicitando, sem maiores explicações, a relação de nomes e endereços de todos os assinantes do jornal, todos os colaboradores e todos os representantes no Interior do Estado e em outras capitais.

Para o delegado João Desidério, que assinou a carta, «jornal sem nomes fichados é clandestino». Mas os editores, Silas de Paula e Célia Guarabira, naturalmente não entregaram lista nenhuma. E foram intimados a depor três vezes, em menos de um mês e meio. Além disso, foi instaurado um inquérito policial para «apurar a situação legal do jornal», contra o qual os editores impetraram um mandado de segurança.

Tarde demais

Armando Teixeira Frutuoso, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Light, foi sequestrado em meados de 1975 junto com seus companheiros, torturado e morto nas dependências do DOI-CODI do Rio no início de setembro de 1975. No último dia 28 de março, Frutuoso foi absolvido por unanimidade pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria do Exército da acusação de reorganizar um partido clandestino. Tarde demais.

8 DE MARÇO

As comemorações do dia 8 de março em São Paulo começaram no dia 4, quando cerca de 150 pessoas se reuniram em grupos no Tuquinha, para discutir os temas «Mulher e Família», «Mulher e Comunidade» e «Participação Política da Mulher». Desses debates -- organizados e encaminhados por mulheres ligadas a nove grupos femininos e feministas de São Paulo -- surgiu um documento-síntese das principais reivindicações da mulher paulista hoje (que *Brasil Mulher* publica em encarte especial, vendido separadamente desta edição).

No dia 8, o documento foi lido na Câmara Municipal de São Paulo para cerca de 300 pessoas que lotaram o plenário. Falaram parlamentares, entidades presentes e foram encaminhadas à mesa moções de operárias de São Bernardo e de presas políticas.

Das comemorações, restou a possibilidade de uma maior unidade das mulheres em torno de suas lutas e reivindicações específicas e a idéia de continuidade desse trabalho através da criação de uma coordenadoria de todos os grupos organizados de mulheres em São Paulo.

Mas ainda há muito por fazer. Nem todos os pontos do documento têm a mesma importância para os diferentes grupos e mesmo a coordenação proposta é idealizada de maneira diversa. Preocupado com essas questões, *Brasil Mulher* entrevistou membros de alguns dos grupos signatários do documento: o Movimento Feminino pela Anistia (MFA), o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo (DCE-Livre da USP), o Centro de Estudos Brasileiros de Educação para a Saúde (CEBES) e o jornal *Nós Mulheres* (NM). Parece ter havido unanimidade entre eles pelo menos num ponto: a crítica à divulgação das comemorações do Dia Internacional da Mulher, feita «em cima da hora» e sem a devida convocação a todos os grupos organizados de mulheres.

Brasil Mulher: O que tem significado a comemoração do dia 8 de março para o movimento das mulheres? Este ano, como foi?

MFA: Para nós o dia 8 tem sido importante para a divulgação da luta pela anistia, que estamos levando desde 1975. É uma forma de aproximar mais as mulheres desta luta. Do ano passado para este houve avanços muito importantes: participaram mais grupos de mulheres, trazendo suas reivindicações específicas -- uns levantando a anistia, outros contra o horário noturno --, mas de forma geral se percebe um crescimento.

No ano passado, não chegamos a levantar problemas importantes que, hoje, estão contidos no nosso documento conjunto. A proposta de fazer uma coordenação dos grupos femininos e feministas também é um avanço.

DCE-Livre: De maneira geral, o Dia Internacional da Mulher nunca tem significado nada. Eu mesma só

me lembro de ter ouvido falar dele neste ano. A participação do DCE nas comemorações deste ano foi muito importante porque trouxe aos estudantes as lutas e reivindicações específicas da mulher, a importância de sua organização para a construção de uma nova sociedade. Afinal, muitos dos problemas enfrentados pela mulher -- como a ausência de creches, por exemplo -- têm a ver diretamente com a nossa luta pela ampliação do ensino público e gratuito para toda a população: é a mesma política de desobrigação do Estado em relação à manutenção dos serviços públicos.

CEBES: O avanço em relação aos anos anteriores foi a elaboração de uma programação conjunta definindo objetivos comuns. Neste ano os vários grupos, após discussões, concluíram pela união de todos eles num projeto de trabalho mais amplo. Essa é uma iniciativa louvável e que deve ser repetida em todos os setores da sociedade de hoje.

NM: O dia 4 foi um avanço importante porque, pela primeira vez, os grupos de mulheres discutiram problemas de interesse delas e se tirou um documento comum. Mas o dia 8 foi um retrocesso. Por problemas técnicos, a proposta básica de conseguir a adesão de outros grupos foi esvaziada. Por medo da mesa, algumas moções não foram lidas, parecia haver boicote.

O dia 8 foi como os outros dias 8, quando tinha condições de ser melhor, pois havia o documento. A data só teria sentido se tivesse havido, antes da comemoração, um preparo para ver quais são reivindicações comuns das mulheres, que servissem para a organização de seu trabalho.

BM: Do documento tirado pelas mulheres paulistas no dia 8 de março, quais as reivindicações que vocês consideram as mais importantes? Por que?

MFA: Acreditamos que todas são

importantes. E claro que o MFA está muito engajado na luta pela anistia, mas não a vemos desligada das outras reivindicações: casa, saúde, comida. Vamos trabalhar para concretizar todas as bandeiras de luta que constam no documento, embora ele não seja muito claro em relação às formas de atingir as reivindicações.

DCE: Aquele documento é uma síntese das reivindicações mais importantes da mulher, hoje. Dentro da Universidade talvez sejam mais sensíveis a questão da ausência de creches e a libertação da mulher no plano ideológico: preconceitos, sexo, ser vista como uma pessoa capaz etc. Mas os principais problemas enfrentados pela mulher são de fato os da dupla exploração, vivida cronicamente pela mulher operária.

CEBES: Achamos mais importante as reivindicações relacionadas à conquista de melhores salários e condições de trabalho: estabilidade no emprego, cumprimento e reformulação das leis trabalhistas, creches, restaurantes nos locais de trabalho. E também são importantes aquelas de cuidados à saúde: assistência médica assegurada e proporcionada pelo Estado à toda a população, mais e melhores centros de saúde, extensão do saneamento básico.

A unidade em torno das conquistas das liberdades democráticas foi um avanço político importante, no sentido de fortalecer uma luta que está sendo levada pelos mais amplos setores da sociedade brasileira.

NM: As reivindicações prioritárias são as políticas, que se inserem nas reivindicações mais amplas: anistia, participação das mulheres na política.

BM: Porque alguns grupos femininos e feministas estão hoje se propondo formar uma coordenação? Quais as propostas de trabalho para essa coordenação? Como ela se vincula com os clubes de mãe na periferia,

com grupos de mulheres operárias etc?

MFA: Hoje, parece que todo mundo está começando a perceber que quanto mais entidades se unirem para fazer um trabalho em relação às reivindicações das mulheres, melhores vão ser as condições de encaminhar essas lutas. Não dá mais prá trabalhar isoladamente. Tentar somar esforços, se unir -- é isso que pode fazer avançar o movimento das mulheres neste momento.

A nossa idéia inicial é que se constituísse essa coordenadoria com todos os grupos interessados e, a partir daí, o seu funcionamento deveria ser bem flexível. Ela se reuniria apenas em momentos que exigissem de fato, de nossa parte, um encaminhamento conjunto de uma determinada questão. Não teria reuniões constantes. Quando no mínimo três entidades julgassem importante, ela poderia ser convocada. Mas queremos ouvir mais propostas de outros grupos.

DCE: A luta pela liberação da mulher lado a lado com os homens pela construção de uma nova sociedade é uma questão muito importante, cujo encaminhamento se fortalecerá na medida em que todos os grupos de mulheres se unirem. O DCE ainda não está participando das discussões desta coordenação, mas achamos que ela deve ser estreitamente vinculada aos clubes de mães, aos grupos de mulheres operárias. Ela deve surgir a partir das lutas que estão sendo levadas por estas mulheres.

CEBES: No momento atual, os grupos de mulheres sentiram a necessidade de somar esforços em torno de objetivos comuns, alcançando-se um trabalho consequente. A coordenação e os grupos da população se vinculariam em programas únicos, cabendo à coordenação integrar as várias metas desses programas e prestar serviços como um órgão de assessoria, garantindo a participação de todas as entidades.

NM: Vimos pensando na idéia da coordenadoria há tempos, como um conselho de grupos de mulheres de São Paulo para levar o trabalho em comum. Agora chegou o momento de realizá-la, porque há grupos com linhas comuns, mas sem intercâmbio entre eles. A coordenadoria seria uma frente democrática para implementar o trabalho das mulheres, e não apenas um grupo formal que deva apoiar outros grupos em determinadas ocasiões. Deve ser um grupo ativo, que organize o trabalho das mulheres, e não apenas uma entidade formal. Para que ela começasse a funcionar, fizemos uma proposta concreta: trabalhar junto com as metalúrgicas de São Bernardo, que estão levando uma luta contra as modificações na CLT. A coordenadoria deve funcionar com os grupos que estão por aí e ir ampliando até as mulheres que estão trabalhando nos sindicatos, no MDB, mães etc.

O 8 de março não foi comemorado só na Capital de São Paulo. Em Santo André, na Grande São Paulo, cerca de 200 operários e operárias se reuniram no Sindicato dos Metalúrgicos com o bispo local, Terezinha Zerbini (do MFA), representantes da Associação local das Donas de Casa e da Sociedade de Amigos do Bairro, para discutir os problemas da mulher (creches, salários, horário noturno); na Ponte Rasa, bairro periférico de São Paulo, 80 mulheres reuniram-se na igreja local com representantes da imprensa feminista, do Movimento do Custo de Vida, da Igreja e da Associação local de Donas de Casa e, entre outras coisas, solidarizaram-se com o jornalista Milton Soares, preso e espancado na delegacia de Guarulhos; e em São Carlos, no interior do Estado, cerca de 200 estudantes se encontraram na Universidade para debater a situação da mulher com uma vereadora da cidade, um a professora universitária e uma representante do *Brasil Mulher*.

No Rio de Janeiro, as comemorações estenderam-se por quatro dias, organizadas pelo Centro da Mulher Brasileira, Sociedade

de Brasil Mulher, Comitê Brasileiro pela Anistia e União Brasileira de Mães. No dia 8, as Câmaras Municipais do Rio e de Nova Iguaçu homenagearam a mulher brasileira; no dia 9, foi realizada a Jornada da Memória da Mulher, na Associação Brasileira de Imprensa, com a participação de mulheres pertencentes a antigos grupos femininos brasileiros; no dia 10, no mesmo local, a palestra tratou do movimento feminista atual, no Brasil e no mundo; finalmente, no dia 11, no Museu de Arte Moderna, realizou-se uma confraternização, com exposição de painéis sobre a situação da mulher e seus problemas, cinema infantil e teatro popular, além de dois debates, sobre a imprensa feminista e sobre a peça.

Em Belo Horizonte, por iniciativa do Movimento Feminino pela Anistia, o Dia Internacional da Mulher foi comemorado pela primeira vez. Na tarde do dia 5 de março foi realizada uma reunião aberta no bairro JK, na periferia da capital mineira, com professoras primárias, donas de casa e operárias. No dia 8 de março, ocorreu uma mesa redonda com mulheres de diferentes setores, assistida por cerca de 800 pessoas.

O JOGRAL DA ZONA LESTE

Foi um grupo de mulheres do Itaim Paulista, bairro da Zona Leste de São Paulo, que teve a idéia de fazer um jogral para comemorar o Dia Internacional da Mulher. O texto original — chamado «Mulher tem valor» — foi depois encampado e trabalhado por outros grupos de outros bairros da mesma região. E no 8 de março elas foram à Câmara Municipal de São Paulo e ao Tuquinha para ler o que ficou conhecido como «jogral da Zona Leste»:

Leitora 1: Dia 8 de março é o dia internacional da Mulher/ dia do valor e da coragem da mulher/ da cidade/ da roça/ e de cada lugar.

Todas: Dia 8 de março é o dia internacional da mulher/ Dia do valor e da coragem da mulher/ da cidade/ da roça/ e de cada lugar.

Leitora 2: Aconteceu assim... Há muito tempo atrás/ na Europa e na América/ as mulheres sofriam muitas dificuldades. Elas trabalhavam principalmente com costureiras/ seja nas fábricas ou em suas casas. Seus salários eram muito baixos. Mais baixos que os dos homens. Num época mais difícil de todas/ o salário de um mês/ equivalia ao preço de 2 kilos de pão.

Leitora 1: A jornada de trabalho era de 15 horas.

Todas: Dia 8 de março é o dia internacional da mulher/ dia do valor e da coragem da Mulher/ da cidade/ da roça/ e de cada lugar.

Leitora 3: Em 8 de março de 1857/ as operárias da indústria têxtil e de confecções de uma grande cidade americana/ pararam de uma vez/ pedindo igualdade de salários/ salário igual ao dos homens/ e dia de trabalho de 10 hs.

Leitora 1: De lá para cá/ muitas lutas/ muitos acontecimentos foram encabeçados por mulheres.

Leitora 2: Elas começaram a tomar parte da vida da sociedade e das decisões importantes.

Todas: Entretanto/ as diferenças continuam a existir até os dias de hoje.

Leitora 3: No Brasil, as mulheres são a maioria dos analfabetos.

Leitora 1: As trabalhadoras continuam a receber os salários mais baixos.

Leitora 2: A grande maioria trabalha ainda como empregada doméstica ou na lavoura.

Todas: Muitos direitos ainda estão por ser conquistados.

Leitora 3: Vivemos num país que depende de países mais poderosos.

Leitora 1: O nosso país está como uma carga torta/ carga torta é um perigo. De um lado pouca gente com muita comida/ muitas terras e muitos recursos.

Leitora 2: De outro/ muita gente/ a maioria do povo/ com pouca comida/ sem terra/ sem casa/ sem apoio.

Leitora 3: A mulher ainda é considerada como inferior. A vida dela é viver dependendo de tudo e de todos.

Leitora 1: A sociedade não dá oportunidade para a mulher participar/ decidir e ser ouvida. Ela é mais dependente do que o homem.

Leitora 2: Na realidade brasileira, o problema maior é o desemprego. Principalmente para a mulher.

Todas: Isso acontece por falta de oportunidades.

Leitora 3: Em nossa sociedade/ e dá importância à pessoa da mulher/ apenas como mãe e rainha do lar/ ou pior ainda como meio de propaganda.

Leitora 1: Dizem por aí/ e todos vão passando de geração em geração/ de boca em boca/ até todo mundo pensar do mesmo jeito: «A mulher é o sexo frágil». O homem e que é a cabeça do lar». «Lugar de mulher é na cozinha». «Mulher não se meta em assuntos de homem»...

Leitora 2: Outros jogam a mulher contra o homem no Mundo do Trabalho, como se ela quisesse roubar o lugar dele.

Leitora 3: O trabalho da mulher continua sendo encarado como inferior ao dos homens.

Leitora 1: Toda a educação tem como finalidade reforçar as desigualdades entre os homens e as mulheres.

Todas: Não aceitamos que o mundo tenha como alicerce a desigualdade.

Leitora 2: As mulheres trabalhadoras são as mais oprimidas de todos os oprimidos. Elas trabalham dobrado: fora e em casa.

Leitora 3: Lá vai uma pergunta: Por que as mulheres não tem os mesmos direitos que os homens? (pausa).

Leitora 1: Os problemas que afligem os homens e as mulheres não são os mesmos?

Todas: Nós acreditamos que um mundo justo e igual é feito pelo esforço conjunto dos homens e das mulheres.

Leitora 1: Mas ainda a vida da mulher está difícil. A maioria das mulheres leva a vida inteira amarrada aos trabalhos domésticos/ sem participar da vida maior da comunidade e do bairro...

Leitora 2: Esses trabalhos domésticos são penosos e cansativos/ no entanto não são valorizados.

Todas: A mulher não recebe nada por eles. Para muita gente «ela não trabalha».

Leitora 3: Vocês não sabem que essa rotina de vida abafa a inteligência da mulher? (pausa) Freia o seu crescimento como gente e impede a sua participação nos conhecimentos e na vida da sociedade? (pausa)

Todas: Nós fomos educados para não pensar/ não decidir/ não participar.

Leitora 1: Muitas dependem do marido em tudo. Isso torna mais fácil a inferioridade dela e a desigualdade dos direitos.

Leitora 2: Por isso, ela não tem meios de alargar seus horizontes.

Todas: O valor da mulher é muito grande. Um mundo de justiça vai nascer da participação dela.

Leitora 3: Muitos consideram a Mulher como objeto de prazer/ de propaganda e de comércio.

Leitora 1: Assim dizem os comerciais: «Viva para o marido e para os filhos»; «fique bonita para eles».

Todas: Nós acreditamos num amor à base de igualdade. Queremos ser companheiras e não pessoas dominadas.

Leitora 2: A mulher tem a mesma dignidade do homem. Os dois são imagem e semelhança de Deus.

Todas: Os homens e as mulheres/ juntos/ é que transforma o mundo. Já é hora de despertar do sono.

Leitora 3: Nós sabemos disto: a mulher não pode ser livre/ se a sociedade não for livre e justa. Famílias de pessoas iguais. Bairros de gente que participa. Clubes de mães em que as mulheres possam crescer. Mundo de pessoas decididas a mudar para uma vida mulher.

Todas: Muitos direitos ainda/ estão por ser conquistados/ e o dia 8 de março/ deve ser lembrado como um exemplo de luta por todos nós.



Faixas, cartazes, balões, canções que atravessam as avenidas: cerca de cinco mil mulheres desfilarão pelas ruas de Paris durante cinco horas, festejando o 8 de março. Enquanto curiosos e passantes perfilavam-se nas calçadas, surpresos e admirados, mais longe concentrava-se a repressão. Sucediã-se os grupos de bairros e de fábricas, os departamentos sindicais, os grupos que trabalham sobre temas específicos como a contracepção, o divórcio, a violência sexual...

Francesas, italianas, africanas, latino-americanas, brasileiras. Feministas radicais, homossexuais, revolucionárias, sexistas, todas, juntas, construindo a força coletiva do movimento, como recomendava a convocação da Coordenação dos Grupos de Mulheres de Bairros, Fábricas, Faculdades e Liceus da Região Parisiense: «Construamos nossa força coletiva! Juntas, nós descobriremos que esses problemas que acreditávamos particulares nos são comuns e estão ligados ao papel da mulher nesta sociedade. Juntas, nós teremos coragem para nos impor em casa, no trabalho, na rua, como também nos partidos, organizações e sindicatos onde algumas de nós militam».

E, juntas elas ganharam as ruas, respondendo ao apelo da Coordenação Internacional de que em cada país houvesse uma passeata contra todas as formas de violência de que são vítimas as mulheres. «Hoje em dia, em todas as partes do mundo, quando uma mulher luta pela sua libertação ela é duplamente reprimida, na medida em que rompe com o papel tradicional que lhe é imposto e com a ordem 'natural' das coisas através do seu engajamento político», dizia o manifesto da Coordenação.

Nas ruas, as faixas variavam a temática feminista: «Abaixo o estupro», «A

pornografia incita à violação», «Liberdade imediata para todas as prisioneiras políticas»... As mulheres do Circulo de Mulheres Brasileiras em Paris também participaram, ao lado de outras latino-americanas, «reforçando a internacionalidade da luta e denunciando a particularidade da opressão que as brasileiras sofrem sob um regime de ditadura militar».

Mas o 8 de março foi festejado apenas nas ruas. Durante uma semana houve inúmeros debates, uma casa foi ocupada num dos bairros de Paris como sede de um grupo de mulheres e as comissões femininas dos sindicatos promoveram encontros para denunciar as condições de trabalho da mulher e o problema do desemprego (que atinge sobretudo a mão-de-obra feminina em tempo de crise)

O manifesto divulgado então pelo Circulo das Mulheres Brasileiras em Paris resumiu bem a importância de tudo isso, mesmo para nós que estamos tão longe delas: «O tempo de viver de outro jeito começou. Hoje, 8 de março, comemoramos nossa luta, comemoramos a tomada de consciência de milhões de mulheres que não querem mais ser como o fogo que queima sem saber. (...) Ignorando nosso corpo, nossa sexualidade, nossa própria vontade, nós acabamos por realizar a felicidade dos outros em detrimento da nossa própria felicidade. (...) Chega de ser o 'segundo sexo'! Comemorar hoje o 8 de março é comemorar nosso combate contra toda opressão. E comemorar o movimento das mulheres enquanto movimento autônomo, que não luta apenas pela igualdade dos sexos, mas pela transformação das relações humanas, hoje baseadas na forma e na dominação».



quebrando castanhas

Tenho 65 anos e trabalhei de 1953 até 1974 como quebradeira de castanha. A última vez foi ali na fábrica de «seu» Jorge, na Conceição. E só me deram emprego porque aceitei trabalhar sem carteira assinada, a Cr\$ 2,00 a caixa de seis quilos. Eu chegava às 6 horas da manhã e fazia três caixas, tinha uma horinha para almoço e ia até às 6 horas da tarde. Se o patrão mandava, eu trabalhava até às 9 e 30 da noite e conseguia completar quatro caixas. Quando saí de lá, ninguém mais quis me aceitar. Procurei o INPS, mas o que eu tinha de carteira assinada não dava nem cinco anos e então me mandaram esperar fazer 70 anos para me aposentar. (Dona Maria Barbosa, quebradeira de castanha em Belém do Pará)



Tenho 46 anos e duas filhas que dependem de mim. Pego serviço às 6 horas da manhã. Às 11 horas almoço a comidinha que levo de casa. Às 11 e 30 todas nós temos que estar nas bancas para trabalhar até às 6 horas da tarde. Quando a castanha está boa, gráuda e mole, no meio da safra, a gente consegue fazer três caixas e meia, ou quatro caixas. Fora dessa época, o máximo é três caixas. O trabalho custa. Não é fácil, não. Olhe: até às 9 horas da manhã, a gente faz uma caixa; depois, só lá pelas 2 da tarde é que a gente consegue completar a segunda. E eles pagam Cr\$ 11,40 por caixa «boa», isto é, quando a castanha não está machucada. (Dona Raimunda, outra quebradeira de castanha em Belém do Pará)

Na região amazônica a proteína dá em árvores: são as castanheiras, que dão a castanha-do-pará. Isto deveria ser muito importante para um país de população subnutrida e carente de proteínas, que enche a barriga de farinha de mandioca e feijão (quando há feijão). Mas não é isso que acontece: a castanha-do-pará é tão boa e tão rica em proteínas que 90% de sua produção vai alimentar os povos claros e bem nutridos dos países desenvolvidos. Vamos ver como isso acontece.

As castanheiras — árvores enormes que chegam a atingir 20 a 30 metros de altura — não precisam ser plantadas: nascem sozinhas, no meio da selva. Nas melhores regiões, cada ouriço contém de 15 a 20 castanhas. Mas os frutos ficam muito altos e é preciso esperar que amadureçam e caiam sozinhos, para então serem recolhidos por homens que moram na própria floresta, em choupanas.

Depois, esses homens levam os frutos, pelo rio, em barcos, até as fábricas de beneficiamento, nos centros urbanos, principalmente Belém do Pará. Nessas fábricas, as castanhas são selecionadas e quebradas por cerca de duas mil mulheres — as quebradeiras de castanha.

Em janeiro essas mulheres se inscrevem nas fábricas — são oito só em Belém — para um trabalho que vai iniciar em março. Às vezes, passam dois meses trabalhando antes de serem registradas em carteira.

E algumas empresas, como a B. Mutran & Cia. Ltda., conseguem o malabarismo de juntar FGTS, férias, 13.º salário e salário-família para atingir a quantia ridícula de Cr\$ 300,00. Uma operária nunca recebe o pagamento pelos dias em que está doente, nem mesmo a parte que o INPS tem a cumprir. Além disso, em algumas fábricas, quando as operárias estão para completar dois anos de serviço já não conseguem ser contratadas.

Há fábricas que abrem às 4 horas da manhã e fecham às 10 horas da noite, e tem gente que faz esse horário completo para garantir um dinheirinho. É que as quebradeiras ganham por quilo de castanha quebrada. Elas vão quebrando as castanhas e jogando em caixas que comportam seis quilos. Em geral, conseguem fazer de três a quatro caixas diárias. E ganham cerca de Cr\$ 2,00 por quilo — quando o patrão não rouba na balança...

Porque também tem essa: o roubo na balança. Na Fábrica Brasil, por exemplo, quem produzia seis caixas ou 36 quilos por dia era roubada em 12 quilos pela balança — o que dava Cr\$ 684,00 a menos por mês. Conversa vai, conversa vem, meia dúzia de mulheres à frente, as quebradeiras jogaram as castanhas

e às caixas no chão... e deram uma surra no encarregado da balança, que já tinha sido avisado muitas vezes para deixar de roubar. Alguém chamou a polícia, mas o patrão mandou embora: disse aos policiais que aquilo era «um repene de mulher»... O carpinteiro levou dois dias prá fazer novas caixas e elas voltaram ao trabalho, com a balança consertada.

Isso prova que, embora passem quase 12 horas diárias com o corpo curvado sobre as bancas de trabalho — o que resulta em doenças cardíacas e nervosas e até tuberculose —, as quebradeiras de castanha não têm a espinha quebrada, não. A espinha está reta e a cabeça alta; o orgulho, a dignidade e o desejo de luta continuam em todas elas.

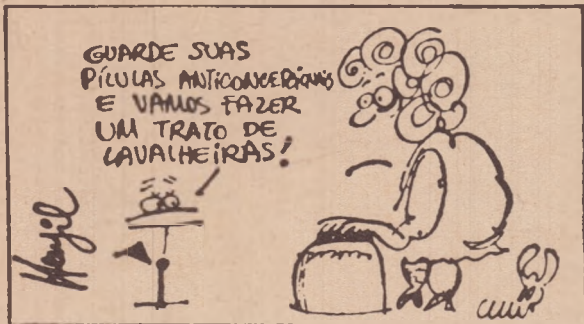
Lá na rua da Conceição nunca saía a assinatura da carteira de trabalho. Mas um dia se juntaram todas as trabalhadoras na porta, depois de muito reclamarem, até no Ministério do Trabalho, e deram uma surra de bolsa no patrão. Aí conseguiram o registro e a indenização.

E na Fábrica Brasil também tinha um outro problema: as castanhas vinham mal cozidas e duras, dificultando a quebragem e diminuindo a produção. Depois de reclamarem muito, as mulheres se combinaram e, quando as castanhas chegaram mal cozidas fizeram o seguinte: começaram a bater os frutos duros nas bancas de trabalho, e fizeram um barulho tão insuportável que os encarregados pelo cozimento aprenderam a respeitar aqueles «repentes de mulher»...

Na Fábrica Romariz, onde o problema também era o roubo nas balanças, a denúncia foi levada ao Sindicato. Afinal, o Sindicato deveria ser a união que faz a força. Então, o presidente do Sindicato foi lá e saiu da fábrica com a balança alterada. Mas, na porta, encontrou o patrão, recebeu uma gorjeta e devolveu a balança na hora, dizendo que já estava acertada.

O Sindicato é muito amigo do patrão da Romariz. O patrão desconta a mensalidade sindical (Cr\$ 12,00 do salário das operárias) sob pena de não contratá-las na próxima safra. Em compensação, o Sindicato sempre aprova o patrão da Romariz.

Mas, comparando com outras fábricas, nem tudo é tão mau na Romariz, onde o patrão dá uma hora para o almoço. A Timbó, por exemplo, dá só 40 minutos e a Brasil dá 30 minutos. Até que é tempo demais para comer, se se pensar que a B. Mutran dá 15 minutos para almoço e a Progresso obriga a almoçar na própria banca de trabalho para não perder tempo...



Sob as bênçãos do futuro presidente da República - general João Baptista Figueiredo, que se declarou francamente favorável à idéia de um plano nacional de controle da natalidade, feito através dos «órgãos públicos» -, o governo vai avançando na implantação do Programa de Prevenção à Gravidez de Alto Risco. Cento e cinquenta e sete milhões de cruzeiros já foram destinados à implantação do Programa. E ao que tudo indica, seu primeiro passo, no Nordeste, consiste na distribuição pelas Secretarias de Saúde de dois milhões de caixas de pílulas anticoncepcionais, que serão gentilmente doadas a 81.700 mulheres das classes mais pobres.

O governo insiste em continuar apresentando o Programa como uma «conquista social». No, entanto, as mulheres do Parque Belém, na Zona Norte de São Paulo, com as quais o BM debateu esta questão, têm um ponto de vista bem diferente: «Nós não somos contra a pílula anticoncepcional, mas seu uso precisa ser acompanhado de uma assistência médica rigorosa, pois do contrário pode trazer prejuízos para a saúde e o dinheiro que não gastamos com um filho a mais, gastaremos com as nossas doenças».

Por que o Programa governamental se preocupa em excesso com a distribuição de pílulas e não move uma palha para fornecer a

Mulher, patrimônio social do Estado

assistência médica necessária? O secretário de Saúde de São Paulo, Walter Leser, dá uma resposta curta e significativa, que deixa muito clara as reais intenções dos órgãos públicos: «Planejamento familiar significa menos cabeças para dividir alimentos e assistência médica». As mulheres do Parque Belém retrucam, dizendo que «isto é um atentado contra a pessoa humana, pois cada família deve ter o número de filhos que desejar; o que nos falta são condições materiais para isso».

Resta ver quem está com a razão.

Acabar com a miséria ou com os miseráveis?

Nenhuma mulher esclarecida é contra a utilização dos meios anticoncepcionais ou contra o planejamento familiar. Pelo contrário, as mulheres têm o maior interesse em transformar a maternidade num ato consciente e não no produto de um acidente. A mulher

tem todo o interesse em utilizar livremente a sua sexualidade. Se num momento ela deseja utilizá-la simplesmente para desfrutar de prazer, deve ter este direito. E se noutro momento deseja utilizá-la para ter filhos, também este direito não lhe pode ser negado.

Assim, num planejamento familiar que atendesse aos interesses femininos, a função dos órgãos públicos deveria ser a de fornecer, por um lado, os meios anticoncepcionais, os esclarecimentos e a assistência médica necessária e, por outro lado, criar condições materiais para que as famílias possam ter o número de filhos que desejarem.

No entanto, coisa muito diferente é um controle da natalidade imposto de cima para baixo pelos órgãos governamentais: o controle que não se destina a libertar a sexualidade feminina, mas a impedir a mulher de ter filhos.

Com o seu Programa de Prevenção à Gravidez de Alto Risco, o

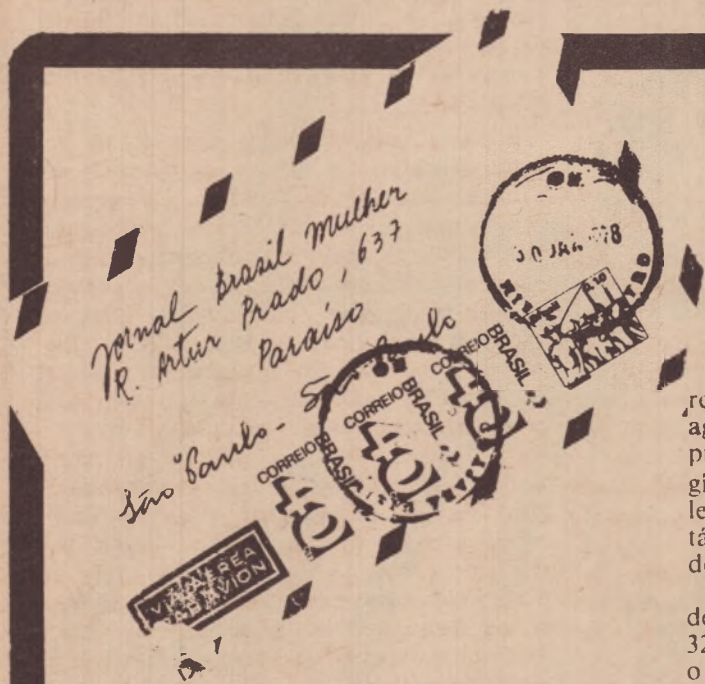
governo não age no sentido de dar ao povo as condições para que seus filhos possam nascer e crescer sadios; para que possam dispor de alimentação, educação e assistência médica adequadas. E é justamente na situação em que - como dizem as mulheres da Vila Maria, que também debateram a questão com o BM - «ter filhos é uma cruz» que ele vem e oferece a pílula... Ao invés de trabalhar para eliminar a miséria, o governo procura eliminar os miseráveis.

O senhor secretário de Saúde de São Paulo não poderia ter sido mais claro. Realmente, o que o Programa pretende é «menos cabeças para dividir os alimentos e a assistência médica». Naturalmente, o senhor Walter Leser deve ser bastante rico para não querer ver que os pobres são pobres, não porque são muitos, mas porque são explorados. Basta consultar as estatísticas governamentais para perceber que, em pleno «milagre brasileiro», quando mais crescia a riqueza e o lucro dos grandes industriais, banqueiros e outros privilegiados, crescia também a mortalidade infantil, as doenças, a desnutrição e a pobreza dos trabalhadores.

Esta é uma realidade que não pode ser escondida e que jamais será solucionada através de distribuição gratuita, nem de dois, nem de 200 milhões de caixas de pílulas anticoncepcionais.

brasil correio

700 FAMÍLIAS AMEAÇADAS



«O Estatuto da Terra prevê o direito de permanência dos agricultores-arrendatários da Fazenda Alagamar, em Alagamar e Piacás, nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Felix, no Estado da Paraíba. Apesar disso, os proprietários são apoiados pelas forças policiais e pelos órgãos de segurança local (15º BIMtz) para tentar de todas as maneiras expulsar, amedrontar e sufocar economicamente os agricultores.

Nos meses de novembro e dezembro, os proprietários fizeram soltar o gado nas lavouras dos agricultores, destruindo 80% da plantação. Em seguida, levantaram várias cercas com o objetivo de

reduzir as posses dos agricultores. Em reação, os agricultores afastaram o gado para os currais dos proprietários e tiraram a cerea, exercendo o legítimo e legal direito do desforço garantido em lei. No entanto, por solicitação dos proprietários os agricultores foram presos e martirizados.

Em Piacás, os proprietários plantaram cana-de-açúcar nos sítios dos agricultores. Em reação 320 agricultores retiraram as canas, exercendo o mesmo direito de defesa.

Novamente o poder policial, e, desta vez, com a presença dos órgãos de segurança, quatro agricultores foram detidos e interrogados durante toda a noite nas dependências do quartel militar do 15º BIMtz, em João Pessoa, nos dias 1 e 2 de fevereiro.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba e os Sindicatos que, inicialmente, apoiavam os agricultores para a desapropriação da área, também estão sob pressão dos órgãos policiais e dos proprietários.

Os agricultores estão praticamente sozinhos. Eles precisam de nós. Da nossa solidariedade. Da

opinião pública. Da divulgação. Dos telegramas. Das cartas de apoio. Não podemos ficar indiferentes às injustiças. Tudo e todos são importantes.»

Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba

Praça Dom Adauto, s/n, caixa postal 13, CEP 58000 João Pessoa - Paraíba

Anexo a esta carta, o BM recebeu cópias de cartas que os próprios agricultores enviaram ao presidente da República e ao juiz de Direito de Itabaiana, denunciando sua situação e pedindo justiça, além de uma nota publicada a respeito no boletim da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). São 700 famílias ameaçadas de despejo. As manifestações de solidariedade também podem ser enviadas à Contag (Avenida W3 Norte, Quadra 509-B, CEP 70000 Brasília, Distrito Federal) ou à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (Rua Rodrigues de Aquino, 722, CEP 58000 João Pessoa, Paraíba).

SUICÍDIO

OPERÁRIA EM DESESPERO SE JOGA DO 3º ANDAR DO
PRÉDIO DA FÁBRICA.

Yara, 20 anos de idade, salário Cr\$ 8,00 por hora, operária da PHILCO-FORD, morreu no dia 5 de abril às 8 horas. Vítima de suicídio? De suicídio? Atenção para o detalhe.

A data em que a companheira morreu foi exatamente dois dias após o pagamento. Contas para pagar, família para sustentar, ganhando um salário de fome, essa é a vida da classe operária.

A imagem dessa firma na praça é muito grande, mas só quem trabalha lá dentro, nas linhas de produção é que pode responder exatamente o inferno que é.

O ritmo, alucinado das máquinas, produção em cima de produção, as companheiras não tem ao menos tempo de ir ao banheiro. Só podem ir duas vezes por dia, cinco minutos cada vez, para uma jornada de trabalho de oito horas.

Os médicos que atendem dentro da firma só dispensam o trabalhador se estiver numa situação desesperadora, ou seja quase morrendo, caso contrário não dispensam de maneira nenhuma o operário.

O regime interno da fábrica é qualquer coisa de assombroso. Estimulam a individualidade entre os operários dando de vez em quando um cargo de chefe para um, e com isso dizem que: os operários que se comportarem direito, têm chance de chegar ao mesmo posto hora, também terão a chance de chegar ao mesmo posto que o outro. (Imagine se fosse assim: só existiria chefe dentro da fábrica.)

Os chefes desrespeitam as companheiras, perseguem, tenham desmoralizar, um verdadeiro regime de caserna. Tudo isso é o que existe dentro dessa empresa que tanta fama tem por aí agora.

O clima dos operários nos dias de pagamento é realmente de revoltar, o que pode levar algum operário ao clima de desespero como no caso da companheira Yara. Não conseguindo aguentar a pesada carga que recai sobre os seus ombros em consequência dos baixos salários e das injustiças.

Companheira Yara, as injustiças e a exploração não são eternas, seus companheiros pouco a pouco vão tomando consciência de que é preciso fazer frente a todo este estado de coisas.

Dia a dia a classe operária vai percebendo que só a união e organização dos trabalhadores é que vai por fim a este sistema corroido e podre que está aí.

Dia a dia os operários vão criando a sua força de resistência, se organizando e assumindo de uma vez por todas o papel que a história lhes deixou para cumprir.

Companheira Yara: a sua morte nos entristece assim como a morte de tantos outros companheiros que tombaram no fogo da luta, nos deixa em agonia, com o grito preso na garganta e no peito, clamando por justiça e liberdade, por uma sociedade mais justa.

Companheira, você ficará em nossa memória assim como outros companheiros que foram vítimas da repressão e da exploração capitalista.

Não passará.

GRUPO DE TRABALHADORES

André Boccato